

origina

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Ata da Décima Segunda Assembléia Ordinária do CONANDA

As nove horas do dia oito de março do ano de mil novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões dos Conselhos, sala 210, 2º andar do Anexo do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a Décima Segunda Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, sob a presidência do Vice-Presidente, Conselheiro Benedito Rodrigues dos Santos, e secretariada pela Sra. Maria Irineide da Costa e Silva Nunes. Presentes os Conselheiros: Nelson Moraes, Sigmar Reichel, Maria do Carmo Brant Carvalho, Cláudio Tourinho Saraiva, Serguem Jessui Machado da Silva, Augustino Veit, Cynthia Losso Prudente, Raimundo Rabelo Mesquita, Deodato Pinto Rivera, Antônio Márcio Junqueira Lisboa, Roberto de Mello Ramos, José Donisete Pinheiro Oliveira, Isaias Bezerra de Araújo, Tânia Cristina Marotta, Ezequias Ferreira, Melba Meireles Martins, Irandi Pereira, Eni Moreira Barbosa, Margarida Munguba Cardoso, Flávio Arns, Vitória Beatriz Barbosa, Marília Sardenberg e Regina Lúcia de Quadros Bertulli. Justificaram as ausências os Conselheiros: Ricardo Akel, Zilda Arns Newmann e José Roberto Costa. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente cumprimentou a todos, em especial as mulheres, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. A seguir, passou a palavra à Sra. Secretária-Executiva para proceder à leitura da pauta da reunião, assim constituída: I - apresentação de novos Conselheiros, leitura, discussão e aprovação da ata da Assembléia anterior; leitura, discussão e aprovação da pauta, indicação dos representantes para a reunião com o Relator da Assembléia Revisora, Deputado Nelson Jobim, às dez horas, na Câmara dos Deputados. II - Matérias originárias das Comissões Temáticas: a) da Comissão de Estruturação e Funcionamento e da Comissão Especial de Planejamento/94; discussão e aprovação do Plano de Trabalho do CONANDA, para 1994; discussão e aprovação do Relatório do CONANDA-1993; redefinição das comissões temáticas e composição das mesmas; b) apresentação de relatório da Comissão que participou da reunião com o Relator da Assembléia Revisora e definição de providências decorrentes (superado); c) matéria originária da Comissão Especial encarregada de examinar a situação do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais. III - Exposição sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Dr. Luiz Carlos Gambogi; exposição sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, Dra. Olga Câmara; IV - Assuntos Gerais: a) na audiência pública da CPI da Prostituição Infantil, definição da posição a ser levada à próxima audiência pública; b) apresentação de relatório dos Conselheiros que representaram o CONANDA nas reuniões regionais do Pacto pela Infância, para avaliação dos 200 dias; discussão e definições sobre a articulação CONANDA X Pacto pela Infância; c) informes da Conselheira Marília Sardenberg acerca do relatório sobre a aplicação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e parecer da ABC sobre a minuta ao Protocolo de Intenções

CONANDA/UNICEF. Apresentação de documentos pelo Fórum Nacional de Dirigentes de órgãos Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FONACRIAD; debates, encerramento, sobre o primeiro ponto da pauta, informa a Sra. Secretária-Executiva que não foi possível a distribuição antecipada da ata, de acordo com o previsto no Regimento, devido à mudança na equipe de trabalho de taquigrafia. Em razão de inversão da ordem da pauta, o Sr. Presidente do Conselho Estadual de Pernambuco, a fazer uma explanação sobre a atuação daquele Conselho, A seguir, passa a palavra ao Presidente do Conselho Estadual do Amazonas, Dr. Aluísio Caldas, recém-empossado no cargo que, por sua vez, mostra a situação do Conselho que representa, ao final pedindo apoio ao CONANDA para soerguer o Conselho. Usa também da palavra o Presidente do Conselho Estadual de Santa Catarina, que dá uma visão geral de como funciona aquele Conselho. Comentam as exposições dos Presidentes dos Conselhos Estaduais inúmeros Conselheiros, destacando-se a proposta da Conselheira Melba Meireles no sentido de se solicitar ao Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público do Amazonas a abertura de inquérito civil público com o fim de se estruturar o Conselho Estadual e Municipais, assim como apurar responsabilidade sobre a exploração de criança, no caso específico de Manaus. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente suspende a sessão, marcando seu reinício para às quatorze horas. Ao reiniciar os trabalhos, o Sr. Presidente informa que naquele período serão discutidos o Plano de Trabalho do CONANDA, a reestruturação das Comissões Temáticas e o relatório de atividades. A Conselheira Melba Meireles propõe a antecipação da discussão da matéria oriunda da Comissão Especial encarregada de estudar a questão do IBPS. Aceita a sugestão, em nome da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 15, a Conselheira Melba Meireles apresenta parecer da Comissão. A seguir, é concedida a palavra ao Conselheiro Deodato Rivera, para fazer sua defesa no caso. Este pede ao Conselho a designação do membro mais antigo do CONANDA para presidir a sessão, é designado para presidir a sessão o Conselheiro Raimundo Mesquita. O Conselheiro Deodato Rivera, assim, passa a fazer sua defesa, analisando amplamente os antecedentes do pedido de exclusão, que considera políticos, e destaca as dificuldades de atuação do IBPS. Após amplo debate sobre o assunto foram apresentadas quatro proposições, que colocadas em votação, recebeu treze votos e apresentada pelo Conselheiro Augustino Veit no sentido de o parecer formulado pela Comissão e toda a documentação que chegou ao CONANDA serem encaminhados ao Ministério Público, para que este emita parecer. Retomando a presidência dos trabalhos, o Conselheiro Benedito dos Santos concede a palavra ao Dr. Luiz Carlos Gambogi, Presidente do Conselho Estadual de Minas Gerais, a fim de que S.Sa. faça uma exposição sobre a situação do Conselho que preside. A seguir, passasse à discussão do Plano de Trabalho do CONANDA para 1994. Para tratar do assunto, usa da palavra o Conselheiro Isaías Bezerra. Após a apresentação da matéria pelo Conselheiro, é a mesma debatida ampla e profundamente pelos demais membros do Conselho. Às dezoito horas e trinta minutos, novamente é suspensa a reunião, sendo marcado seu reinício para às nove horas do dia nove de março. Às nove horas do dia nove de março, reiniciando os trabalhos, o Presidente comunica a agenda do dia: aprovação do Plano de Trabalho, FONACRIAD, relatório sobre a CPI da Prostituição e exploração Infanto-Juvenil, relatórios das reuniões do Pacto e definição da posição do CONANDA frente ao

Pacto. É retomada a discussão sobre o Plano. Concluído o mesmo, o Presidente considera aprovado o Plano de Trabalho, ficando aprovadas como prioridades as seguintes ações: a formulação das diretrizes da política, a estruturação do próprio, o estudo sobre os sistemas de acompanhamento, o acompanhamento da revisão constitucional e a articulação com os Conselhos Estaduais e Municipais, além da articulação com os Conselhos Setoriais. Devido a observações sobre a redação, que serão encaminhadas à comissão que elaborou o Plano, fica a redação final para ser apresentada na próxima assembleia. A seguir, o Sr. Presidente passa a palavra ao Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes e Órgãos Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Raimundo Nonato Barbosa Lima, que, além de fazer ampla exposição sobre o FONACRIAD, entrega ao Presidente da Assembleia do CONANDA cópia de documento já dirigido aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados contendo as reivindicações do Fórum. Na oportunidade, o Presidente, agradecendo a presença da direção do FONACRIAD, informa que o Deputado Nelson Jobim, em audiência concedida aos membros do CONANDA no dia anterior, comprometeu-se com a manutenção dos arts. 227 e 228 da Constituição Federal, além de comprometer-se com outras conquistas sociais da criança e do adolescente. Em relação ao parecer do Ministério das Relações Exteriores sobre o Protocolo de Intenções CONANDA/UNICEF, a Conselheira Marília Sardenberg destaca que todo acordo de cooperação da UNICEF com o Governo Federal tem de estar referenciado ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a UNICEF e o Governo brasileiro, a fim de que elas sejam articuladas também dentro do plano geral de projetos de cooperação internacional. A Conselheira Melba Meireles apresenta parecer da Comissão de Estruturação sobre a criação de Comissões. Fica aprovada a constituição das seguintes Comissões: Comissão de Políticas Públicas, a comissão de Financiamento do CONANDA, a comissão de Articulação com os Conselhos, a Comissão de Comunicação Social. A seguir, a Conselheira Eni Barbosa relata a participação dos Conselheiros na CPI da Exploração e Prostituição Infantil da Câmara dos Deputados, ressaltando que a tônica das exposições dos órgãos ali presentes foi a falta de articulação entre as áreas governamentais. Comunica que a reunião prosseguirá no dia dez de março, devendo o CONANDA levar sugestões concretas para o plano emergencial e esclarecer melhor suas competências. Como representantes do CONANDA à próxima audiência pública da CPI são designados os Conselheiros Agustino Veit, Melba Meireles e Tânia Marotta. A propósito da ata da assembleia anterior, o Conselheiro Isaías Bezerra encaminham por escrito, alterações que deverão ser feitas na mesma, antes de sua aprovação. Sobre a Comissão encarregada de acompanhar a implantação da LOAS, a Conselheira Melba Meireles informa que a mesma não teve condições de se reunir; que o Conselho Nacional de Assistência Social já foi empossado e está processando o reordenamento da política de Assistência Social. Sugere a rearticulação daquela comissão ou a formação de uma nova para acompanhar esse reordenamento e a implantação da LOAS, para estabelecimento de interfaces entre os dois Conselhos, evitando, assim, superposição ou choques entre o CONANDA e o CNAS. O Conselheiro Sigmar Reichel propõe que o CONANDA participe do Seminário realizado nos dias nove e dez de março corrente. Aceita a sugestão, são acolhidos os Conselheiros Cláudio Saraiva, Melba Meireles e Deodato Rivera para representarem o CONANDA no evento e prestarem esclarecimentos sobre o papel do Conselho. Nada mais havendo a tratar,

às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente encerra a Assembléia, e, para contar, eu, Maria Irineide da Costa e Silva Nunes, na qualidade de Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente da Assembléia, Conselheiro Benedito Rodrigues dos Santos.

Maria Irineide da Costa e Silva Nunes